



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Handwritten signature and date: 12/7/2016

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DE VINTE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

Ao vigésimo dia do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), na Igreja Nossa Senhora das Vitórias em Vila do Porto, para a segunda reunião extraordinária, tendo como ponto um da ordem de trabalhos – “Eleição da mesa do Conselho de Ilha de Santa Maria” e ponto dois “Preparação para a Visita Estatutária do Governo Regional dos Açores à Ilha de Santa Maria – 06 a 07 de julho de 2016”. -----

A esta reunião compareceram os seguintes Conselheiros: Roberto Furtado Lima Sousa em substituição do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto (CMVP); Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa em substituição do Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto (AMVP); Rui Alexandre dos Reis Arruda; José de Andrade Melo; José da Ascensão Cabral Branco; Fernando Jorge Monteiro Andrade; Marco António Braga Chaves em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto; Paulo Jorge Magalhães Moura; Graça Pombeiro Andrade Morais; Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa; António Manuel de Sousa Braga; Hélder Fernando Moura Resendes em substituição do Conselheiro Celso Sousa Resendes; José Arsénio de Sousa Chaves; Márcia Catarina da Costa Santos; José Humberto de Medeiros Chaves; Francisco Manuel Braga Maciel e Jorge Marques Gonçalves. -----

Informaram a mesa da sua ausência os Conselheiros Carlos Henrique Lopes Rodrigues; Eduardo Manuel Pereira Cambraia; Celso Sousa Resendes; Aldeberto José de Loura Chaves e Vitor Manuel Inverno Gameiro. -----

Não justificou a sua ausência na reunião o Conselheiro José Silvino Rodrigues Santos. -- Estiveram presentes na reunião os Deputados Regionais eleitos por Santa Maria à ALRAA Paulo Henrique Parece Baptista e Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves. Esteve ausente o Deputado Regional Duarte Manuel Braga Moreira. -----

O Presidente Rui Arruda deu início à reunião, saudando os presentes, destacando a primeira presença em reuniões do CISM do Conselheiro Hélder Resendes enquanto representante da Associação Agrícola de Santa Maria. Propôs em nome da mesa que se incluísse mais um ponto na ordem de trabalhos – Encargos das reuniões extraordinárias do CISM - e que o mesmo ficasse como ponto número dois, a proposta foi aprovada por unanimidade. Propôs que se passasse de imediato ao ponto número um da ordem de trabalhos, tendo a proposta sido aceite por unanimidade. -----

O Presidente questionou os Conselheiros sobre a existência de listas candidatas às eleições para a mesa do CISM. A única lista concorrente foi apresentada pelo atual Presidente do CISM, sendo a mesma composta por: Rui Arruda – Presidente, Jorge Costa - Vice-presidente, José Arsénio Chaves – Primeiro Secretário e Márcia Santos – Segunda Secretária. -----

Procedeu-se à eleição secreta para a mesa do CISM tendo a única lista concorrente sido eleita por maioria com treze votos a favor e três abstenções. -----

O Presidente Rui Arruda em nome de todos os elementos eleitos para a mesa do CISM agradeceu a renovação da confiança demonstrada pelos Conselheiros e prometeu que os elementos eleitos tudo farão para prestigiar este órgão, CISM, e defender os Marienses e a Ilha de Santa Maria. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

O Presidente deu conhecimento aos presentes do expediente do CISM, designadamente: Da sua ausência da ilha, de nove a dezasseis de junho, em que foi substituído pelo Vice-presidente Jorge Costa; Da participação dos Conselheiros Rui Arruda, Carlos Rodrigues e José Melo nas Mini jornadas do ambiente – II edição - Bandeira Azul, organizadas pela CMVP; Da reunião solicitada à mesa do CISM pelo Sr. Diretor Regional do Ambiente para o dia treze de junho e posterior cancelamento da mesma devido às más condições atmosféricas que cancelaram as ligações aéreas. Ficou a Direção Regional do Ambiente de contactar novamente o CISM para agendamento de nova reunião em que a mesa se fará acompanhar pelos Conselheiros Carlos Rodrigues, José Melo, Eduardo Cambraia e Vitor Gameiro; Da ausência de resposta do Sr. Diretor Regional de Obras Públicas e Comunicações sobre a melhoria de cobertura de fibra ótica no Lugar de Santana e do Projeto Relatório Inspeção Regional Administração Pública - Proc. N.º 56.03/2015/4 – pagamento senhas de presença, documento recebido da CMVP, em que é solicitado aos membros do CISM o envio de comprovativo dos seus rendimentos mensais, exclusivamente, à colaboradora da CMVP Paula Sequeira, para posterior reenvio para a contabilidade da CMVP: -----
O Presidente colocou à discussão e votação a ata da reunião do CISM de vinte e cinco de maio de dois mil e dezasseis, sem inscrições foi a mesma aprovada por maioria com as abstenções dos Conselheiros Roberto Sousa, Marco Chaves, José Arsénio Chaves, Márcia Santos, Francisco Maciel, José Humberto Chaves, Jorge Gonçalves e Hélder Resendes por estarem ausentes da reunião. -----
Ponto número dois da ordem de trabalhos – “Encargos das reuniões extraordinárias do CISM”. -----
Foram analisados diversos documentos sobre este ponto, designadamente: Ofício recebido da Vice-presidência do GRA, datado de oito de junho de dois mil e dezasseis, com instruções para se proceder ao pagamento de três reuniões extraordinárias referentes ao ano de dois mil e doze e às três primeiras reuniões do ano de dois mil e treze; Documento enviado pelo CISM, no dia 09 de junho de dois mil e dezasseis, com a descrição completa e correta das reuniões em falta de pagamento pela Vice-presidência do GRA que não é coincidente com o documento recebido do GRA, dado que o documento dá indicações para que se transfiram verbas para proceder ao pagamento de reuniões que já foram pagas e omite várias que não foram pagas. O Presidente do CISM informou que já foi enviada toda a informação pormenorizada e correta, por diversas vezes, à Vice-presidência do GRA e que tendo em consideração, o compromisso de pagamento pelo Sr. Vice-presidente na última reunião do CISM transmitida pela Conselheira Graça Morais, já estão ultrapassados todos os limites e prazos aceitáveis pelo que propôs, em nome da mesa do CISM, que se o pagamento não fosse totalmente efetuado até ao próximo dia vinte e oito de junho, o Presidente do CISM ficaria mandatado para entregar todo o processo no Ministério Público de Vila do Porto numa ação contra o Sr. Vice-presidente do GRA, Sérgio Ávila. A proposta foi aprovada por maioria com a abstenção do Conselheiro Francisco Maciel e voto contra do Conselheiro José Humberto Chaves. -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Ponto número três da ordem de trabalhos - “Preparação para a Visita Estatutária do Governo Regional dos Açores à Ilha de Santa Maria – 06 a 07 de julho de 2016”. -----
Depois de intervenções dos Conselheiros Roberto Furtado Sousa, Jorge Gonçalves, José Arsénio Chaves, Jorge Costa, Ricardo Sousa, Rui Arruda, José Melo, José Humberto Chaves, Paulo Magalhães e Francisco Maciel e da Deputada Bárbara Chaves decidiu o órgão, por unanimidade, enviar ao GRA o seguinte memorando: -----

PATRIMÓNIO: -----

- Sendo o Forte de São João Batista na Praia Formosa um imóvel de singular interesse patrimonial e histórico dos Açores (a sua primeira fortificação), exigimos uma imediata consolidação e recuperação do mesmo. O seu elevado estado de degradação poderá implicar, brevemente, o seu desaparecimento e inviabilizar a sua recuperação e/ou manutenção, como vem este órgão alertando repetitivamente, há anos. -----

INFRAESTRUTURAS TERRESTRES: -----

- Para quando a conclusão da obra da ER Arrebetão/São Lourenço? -----

- Se por algum motivo a mesma não decorra brevemente, está prevista alguma situação/intervenção para minorar os prejuízos e dificuldades nos acessos àquela zona balnear? -----

- Para quando uma intervenção urgente a nível de segurança rodoviária nas estradas regionais da Ilha, designadamente nos seus pavimentos e sinalizações verticais e horizontais? -----

AGRICULTURA: -----

- Qual o Plano de ação global e respetiva calendarização para intervenção/manutenção dos diversos caminhos agrícolas na Ilha de Santa Maria? -----

- Para quando o arranque efetivo da obra do caminho agrícola Santana/Anjos? -----

- Por que razão não foi efetuada a segunda ação de desratização em 2015 nos meios rurais? -----

- No decurso de 2016 foi efetuada alguma ação de desratização nos meios rurais? -----

SAÚDE/UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA: -----

- Quando, por qualquer motivo de ausência temporária, fique a USISM desprovida de mais do que um médico, o seu Conselho de Administração em sintonia com a tutela, deverão encontrar imediatamente uma forma de minimizar esta situação, designadamente, com a colocação temporária de outro médico, até se restabelecer o normal quadro de pessoal da USISM. A Ilha de Santa Maria e a sua população não podem ser afetados com este tipo de restrição/carência na prestação de serviços de saúde que resulta, também, na sobrecarga de serviço para os médicos que ficam na Ilha acumulando o seu serviço com o excedentário resultante da falta dos médicos ausentes. Consideramos urgente operacionalizar estas substituições para o bom funcionamento da USISM. -----

- As dificuldades e atrasos na elaboração do regimento do Conselho Consultivo da USISM estão a impedir o seu normal funcionamento, qual a razão? -----

- Relativamente aos anos de 2015 e 2016 gostaríamos de saber os dados/números concretos do seguinte: -----

Quais as especialidades e número de médicos especialistas que se deslocaram à USISM, bem como o número de utentes observados nestas deslocações? -----

Handwritten signatures in blue ink.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Quantos utentes se deslocaram para fora da Ilha de Santa Maria para consultas de especialidade, intervenções cirúrgicas, tratamentos e outros meios de diagnóstico a nível de saúde? -----

Quantos utentes aguardam por consultas de especialidade, intervenções cirúrgicas e outros tratamentos a nível de saúde? -----

Qual o valor real da utilização da telemedicina na USISM? -----

Qual o tempo de espera médio para atendimento no serviço de urgência da USISM? ---

Qual o tempo de espera médio para consulta com o médico de família na USISM? -----

Qual o tempo médio que um utente aguarda entre o pedido e a disponibilização efetiva das receitas de medicamentos de doenças crónicas? -----

Tem a tutela conhecimento que é frequente informarem o utente na USISM que por falta de receita de medicamentos de doenças crónicas, deve o mesmo efetuar uma compra suspensa dos mesmos na farmácia e posteriormente obter o seu reembolso? --

Tem a tutela conhecimento que há utentes que quando solicitam marcação de consultas para o seu médico de família, são informados que posteriormente irão receber um telefonema da USISM com a data desta marcação, por instruções do médico de família? -----

O tempo que medeia este pedido de consulta e a sua marcação via telefónica está a ser monitorizado pela USISM como efetivo tempo de espera? -----

AMBIENTE/CENTRO DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE SANTA MARIA: -----

- A gestão do Centro de Processamento de Resíduos de Santa Maria (CPRSM) está de acordo com o caderno de encargos e esta infraestrutura funciona de acordo com o que foi concessionado? -----

- Urge o arranque imediato de campanhas de sensibilização e informação sobre o novo paradigma de gestão de resíduos na Ilha, com clarificação dos procedimentos a exigir quer aos cidadãos como às empresas; -----

- A população Mariense deverá ser informada oficialmente da situação do aterro e há que encontrar uma solução para eliminar ou reduzir alguns dos custos associados ao “ecoponto” por forma a minimizar o impacto económico e viabilidade operacional das empresas diretamente associadas à produção e às entregas de lixos e resíduos; -----

- Garantir na Ilha a existência de operadores de receção de resíduos em todos os seus campos de ação, assim como a sua real operacionalização, bem como supervisionar a sua atuação, para se evitar a deposição clandestina em locais impróprios, já visível, sob desculpa de falta de soluções; -----

- Promover reuniões com todos os agentes envolvidos na produção, transporte e receção de resíduos licenciados com os responsáveis do CPRSM; -----

- Garantir a existência de todos os equipamentos necessários no concessionário do CPRSM, para permitir a receção de todos os “resíduos verdes”, no Centro de Valorização Orgânica, independentemente de quantidades e tamanhos; -----

- Que seja licenciado um operador para receção de resíduos de origem animal de talhos, peixarias, pescado e cadáveres de animais e que, até o seu licenciamento e normal funcionamento, se encontre uma solução provisória viável, respeitadora e ambientalmente aceitável para que se evite o seu depósito em lugares inadequados; --



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Handwritten signature and date: 12/11

- Que se resolva a incapacidade do operador licenciado na receção de RCD - Resíduos de Construção e Demolição para evitar o depósito anárquico dos mesmos pela Ilha; ----
- Reforçar a fiscalização/vigilância contra o depósito ilegal de resíduos, aplicando-se, implacavelmente, as sanções prescritas na lei, não só para os casos concretos detetados, mas também com o fito de mostrar, exemplarmente, que a prevaricação não compensa; -----

- Que se resolva o problema nas dificuldades de exportação dos contentores de RSU (contentores verdes) através do sistema de transportes marítimos regionais porque, nos moldes atuais, apenas é possível a exportação uma vez por mês; -----

- Que se mantenha ou reforce uma atuação conjunta e eficaz entre os vários agentes designadamente, tutela Regional e seus responsáveis de Ilha, concessionário do CPRSM, representantes dos diversos sectores, Câmara Municipal de Vila do Porto e Juntas de Freguesias da Ilha de Santa Maria. -----

TRANSPORTES MARÍTIMOS: -----

- Tem o GRA conhecimento da manutenção das frequentes alterações na escala dos navios de transporte de mercadorias a esta Ilha, com prejuízos para o tecido empresarial Mariense? Em caso afirmativo, pretende o GRA, novamente, assumir o papel de mediador para que seja cumprido o estabelecido e acordado entre as diversas partes com responsabilidade nesta situação? -----

TRANSPORTES AÉREOS/TURISMO: -----

- Para que se inverta a situação atual e para que a Ilha de Santa Maria siga positivamente o seu desenvolvimento e sustentação económica continuamos a pretender que sejam adotadas pelo GRA, responsável máximo, com total autonomia, pelas empresas regionais de transportes aéreos, as seguintes medidas: -----

Que nos horários de verão IATA, nos meses de julho e agosto, os dois voos semanais entre Lisboa e Santa Maria, operados pela SATA/AZORES AIRLINE, sejam efetuados diretamente, sem escala, início ou destino em Ponta Delgada; -----

Que sejam adotados e promovidos pela SATA/AZORES AIRLINE, preços "low cost" nos dois voos diretos semanais entre Lisboa/Santa Maria/Lisboa e que se promova de forma efetiva e exclusiva o destino "Santa Maria" no exterior da região; -----

Que a SATA disponibilize lugares suficientes nas ligações aéreas PDL/SMA/PDL por forma a permitir um maior reencaminhamento de passageiros que chegam aos Açores, resultantes das alterações ao serviço público das ligações aéreas entre o Continente e os Açores e que a existência destes reencaminhamentos, sem custos adicionais para o passageiro, seja amplamente divulgada pelo Governo dos Açores a nível nacional e internacional; -----

Deverá existir um reforço de campanhas exclusivas para a nossa Ilha, nomeadamente de "uma semana na Ilha de Santa Maria", bem como, tirar partido das duas ligações semanais com o continente, com campanhas promocionais de quinta-feira a domingo e domingo a quinta-feira; -----

Qual o custo e resultados efetivos da campanha estabelecida com um operador nacional, em que foi implementado um pacote específico, tirando partido da complementaridade entre as ilhas vizinhas, São Miguel e Santa Maria? -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Quantos lugares são disponibilizados para passageiros que pretendam viajar nos dois voos semanais entre Lisboa e Santa Maria na SATA? -----

Como pode ser possível que um passageiro proveniente de Lisboa com destino a Ponta Delgada ou vice-versa tenha passagens mais baratas nos voos que fazem escala em Santa Maria do que os passageiros que iniciam ou terminam a sua viagem em Santa Maria? -----

Quantos reencaminhamentos se efetuaram entre PDL/SMA e SMA/PDL desde que se efetuaram alterações ao serviço público entre as ligações aéreas entre o Continente e os Açores? -----

AEROPORTO DE SANTA MARIA/ESCALAS TÉCNICAS DE AERONAVES: -----

- Não aceitamos que um plano com âmbito de Ilha, como o (PREIT), se sobreponha e contrarie o que está contemplado no Decreto Legislativo Regional nº 26/2010/A – Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), Instrumento de Gestão Territorial de âmbito regional. No PROTA, especificamente no Capítulo V – Normas orientadoras do uso, ocupação e transformação do território, III.9. Ilha de Santa Maria, está escrito seguinte: -----

III.9.4 – Adoptar medidas activas de combate à situação de relativo isolamento da ilha, melhorando os sistemas de mobilidade aérea e marítima regular e de contingência. ----

III.9.5 – Promover a afirmação do aeroporto de Santa Maria como aeroporto de referência para escalas técnicas de aeronaves. -----

- De igual modo, exigimos que o Governo dos Açores atue de acordo com o Projeto de Resolução aprovado por unanimidade na ALRAA, a 18 de janeiro de 2013, enviado ao Governo da República em que o órgão máximo da Autonomia recomenda ao mesmo que: -----

"...desenvolva todas as iniciativas da sua competência", para garantir a "viabilização" daquela infraestrutura aeroportuária... (Aeroporto de Santa Maria)"; -----

"Aquilo que pretendemos é que o Governo da República mantenha determinadas exigências junto da nova concessionária da ANA, no sentido de que o Aeroporto de Santa Maria se mantenha como aeroporto de referência de escalas técnicas". -----

Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Márcia Catarina da Costa Santos, que a redigi e subscrevi, bem como pelos restantes membros da mesa do Conselho de Ilha. -----

